



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639130 - MG (2021/0004767-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : PAULO VIRGILIO VIZANI NUNES
ADVOGADO : PAULO VIRGILIO VIZANI NUNES - MG174594
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : VINICIUS HENRIQUE DE PAULA (PRESO)
CORRÉU : JONAS SILVA MELLO
CORRÉU : JONAS HENRIQUE DE PAULA
CORRÉU : RENATA RODRIGUES DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VINICIUS HENRIQUE DE PAULA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.581579-8/000).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em razão do suposto cometimento dos delitos previstos nos "artigo 33 e 35 da Lei 11.343/06 e artigo 16, parágrafo único, da Lei 10.826/03" (fl. 520).

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, porquanto (fls. 3-4):

=> CONSTRANGIMENTO ILEGAL 1. DECRETO DA PRISÃO PREVENTIVA DE OFÍCIO. 282,§4º E 311 DO CPP. HC/MG 188.888 STF/MG. HC 590.039 STJ/GO. RELAXAMENTO DA PRISÃO. ARTIGO 5º, LXV, DA CF/88

=> CONSTRANGIMENTO ILEGAL 2. EXCESSO NA FORMAÇÃO DA CULPA. 234 DIAS PRESO. NÃO HOUE SEQUER O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. ARTIGO 5º, INCISO LXXVIII, DA CF/88. PRECEDENTES TJMG E STJ. RELAXAMENTO.

=> CONSTRANGIMENTO ILEGAL 3. DENUNCIADO PRIMÁRIO. PORTADOR DE BONS ANTECEDENTES. HISTÓRICO DE TRABALHO. OCUPAÇÃO LÍCITA EM REGIME CELETISTA EM EMPRESA PÚBLICA. DESNECESSIDADE DA PRISÃO. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DE CAUTELARES DIVERSAS. 319 DO CPP. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA DE 2º GRAU. APLICAÇÃO DE EFEITO EXTENSIVO. ARTIGO 580 DO CPP. PRECEDENTES TJMG E STJ.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para relaxamento da prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que sem plausibilidade a alegação de nulidade em razão da decretação da preventiva de ofício, pois as "alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019 não impedem a conversão da prisão em flagrante em preventiva, de ofício, pelo Juízo singular, se presentes os requisitos do art. 312 do CPP e a necessidade urgente da cautela processual" (HC 614.155/RS, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 11/12/2020).

Ademais, "o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes" (AgRg no RHC n. 137.237/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 18/12/2020), o que torna a liminar, em plantão, em princípio, momento inadequado ao acolhimento da alegação de excesso de prazo.

Por fim, "é entendimento do Superior Tribunal de Justiça que as condições favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada" (HC n. 611.540/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 20/10/2020), o que novamente torna inadequada a apreciação da tese em sede de liminar, em plantão.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente